

Economia Brasil

Juros e campanha eleitoral



Campanha eleitoral dá trabalho. Talvez por isso o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, não tenha visto ou ouvido o noticiário internacional, na quinta-feira de manhã, sobre o novo abalo nas bolsas da Ásia e da Europa. Esta é a explicação mais plausível. De qualquer forma, ele pôde, com a tranqüilidade invejável dos desinformados, intimar o governo, durante o almoço de fim de ano da entidade, a baixar imediatamente os juros. Enquanto ele fazia o pronunciamento e aproveitava a ocasião para pedir votos, caíam preços de ações em Nova York, São Paulo e Buenos Aires. Fuso horário é isso aí. Se ele tivesse marcado o comício para a ceia, e não para o almoço, poderia ter discursado enquanto funcionários do governo da Coréia, no outro lado do mundo, tentavam combater os boatos de uma declaração iminente de moratória. Dirigentes de fundos de investimento, em todo o mundo, ficariam agradecidos: ninguém sabe como estarão os negócios nos próximos dias, mas um paladino da prosperidade, no Brasil, faz o possível para evitar a recessão.

Que o Executivo federal pretenda baixar os juros no menor prazo está fora de dúvida. Até aqui, parecia que só Lula da Silva e Vicentinho tinham razões para duvidar disso. Razões po-

líticas, não objetivas. O presidente da República não pode ter o menor interesse, como administrador conseqüente ou como candidato à reeleição, em manter tão elevado o custo do dinheiro. Juros altos prejudicam não só empresários e trabalhadores, mas também o Tesouro público, em todos os níveis de governo, e são eleitoralmente perigosos. Só por desinformação, irresponsabilidade ou demagogia se pode atribuir ao governo um gosto perverso por crédito muito caro. Os três atributos são encontrados, não raramente, em políticos do PT, e às vezes na mesma pessoa. Ainda não está claro qual é o caso do presidente da Fiesp, mas está demonstrado, seguramente, que certos atributos são multipartidários.

Um deles é a demagogia. "Não é parando o ABC que se vai resolver o impasse criado pela retração do mercado", disse o presidente da Fiesp. Ele defendeu entendimento entre empregados e empregadores, mas ressaltou que, se houver desemprego, a culpa será do governo, por ter criado uma recessão. Não se pode acusá-lo, porém, de não propor alternativa: é preciso tomar "medidas corajosas" e realizar

reformas estruturais — entre elas a do sistema tributário. Boa idéia, sem dúvida, mas, como sabe qualquer pessoa razoavelmente informada, reforma estrutural não é remédio de emergência para crise financeira. Medidas monetárias, fiscais e cambiais compõem o arsenal para enfrentar problemas imediatos. O governo está evitando usar o terceiro tipo de arma, embora se possa prever, para o próximo ano, um ajuste cambial mais ve-

loz, ainda que controlado. Usar esse recurso, neste momento, é assumir um risco dificilmente controlável, como vem mostrando a evolução dos mercados monetários na Ásia.

Não se trata de escolher entre reformas de longo alcance e medidas emergenciais. Falar nessa escolha indica uma descomunal incompreensão dos problemas de política econômica. Todo cidadão razoavelmente informado insiste nas reformas, porque delas dependerá o crescimento seguro da economia. Mas a mudança do sistema tributário, na melhor hipótese, entrará na pauta do Congresso apenas em janeiro — se, até lá, o governo tiver conseguido montar um projeto. Estão disponíveis

boas propostas, mas um assunto dessa complexidade política e técnica não se resolve com tanta rapidez. Houve demora no tratamento do assunto? Sem dúvida, mas apontar esse fato não resolve os problemas imediatos. De todo modo, estão avançando, no Congresso, algumas reformas importantes, como a administrativa e a da Previdência. Se entrarem logo em vigor, facilitarão os ajustes, mas hoje

só servem como indicações de um esforço, que o investidor estrangeiro deve saber identificar.

Se o Brasil tem resistido à crise internacional sem abalos mais graves, isso se deve à rapi-

**Insegurança
permanece e é
demagogia
cobrar redução
imediate do custo
do crédito**

dez na adoção de medidas de ajuste, como a alta de juros e o pacote fiscal. Se o governo tivesse hesitado, para não estragar o Natal, o impacto da crise poderia ter sido muito maior — e novos abalos ainda estariam ocorrendo, provavelmente, a cada novo tremor na Ásia. Afrouxar a política antes de sinais bem claros de estabilização seria uma irresponsabilidade. Este fato não seria mudado pelo aplauso do presidente da Fiesp.